



ECONOMIA SOLIDÁRIA: gestão participativa e social

GT – Economia Solidária, Economia da Cultura e Políticas Públicas

Cleiton Agnelo Pinheiro São João ¹

RESUMO

O presente artigo propõe pensar a gestão dos empreendimentos de economia solidária e a participação dos indivíduos nesse modelo autogestionário, além do papel desempenhado pelas incubadoras nesse processo que insere a gestão social. Em decorrência, são apresentados alguns sentidos em torno da economia solidária. Finalmente, discute-se a economia solidária como um modelo de gestão social a partir dos sentidos identificados, destacando a democracia participativa na gestão, como um dispositivo fundamental no processo de atender necessidades do coletivo e garantir efetivamente o controle social e empoderamento dos indivíduos integrantes. Para tanto, utilizou-se da análise das teorias e das argumentações utilizadas nas produções científicas brasileira, acerca da participação na gestão desses empreendimentos. Constatou-se por meio da pesquisa aqui percorrida que os empreendimentos partilham das concepções de que a gestão não é neutra e deve ser compartilhada. Observou-se, também, a importante participação das incubadoras de empreendimentos solidários no processo de desenvolvimento e gestão dos empreendimentos, afirmando a necessidade de ressignificar o conhecimento de gestão.

Palavras-chave: Economia Solidária. Gestão. Participação.

1 INTRODUÇÃO

Essa pesquisa tem por objetivo a análise das teorias e das argumentações utilizadas na produção científica brasileira, desenvolvendo uma reflexão acerca da gestão participativa dos empreendimentos de economia solidária.

Apesar do grande número de associações e cooperativas formalmente constituídas no país e apesar dos enormes avanços percebidos na prática por essas organizações ao longo dos anos, ainda existe grande carência de pesquisas sobre essas organizações, sobretudo no campo da administração.

¹ Discente do curso de Administração do DCAC/UESC. E-mail: cleitonagnelo@hotmail.com



O surgimento da economia solidária se deu em meados do século XIX, como uma forma de resistência ao capitalismo industrial daquela época. Trata-se de uma estratégia para reverter à separação entre trabalho e capital, onde os trabalhadores coletivamente por meio dos princípios da Economia Solidária podem recuperar o controle sobre os meios de produção.

A economia solidária é apresentada como uma forma inovadora de organização, que se pauta em princípios como a igualdade, democracia, coletividade e cooperativismo. Ao mesmo tempo em que se é praticada por trabalhadores em todo o mundo, a Economia Solidária também se constitui como campo de grande importância para realização de pesquisas. Tendo em vista a falta e grande demanda acerca de estudos voltados a esse tema na área de gestão, a presente pesquisa busca dispor o modelo adotado por essas organizações que desenvolvem a economia solidária, do ponto de vista da participação dos associados nas decisões, diferindo se por seus princípios das tradicionais instituições capitalistas.

Com as constantes transformações no mundo do trabalho, surgiram algumas formas inovadoras de organização como alternativa de sobrevivência e geração de renda. Esse novo modelo de economia surgiu como forma de agregação de trabalhadores com gestão inspirada em métodos mais democráticos e solidários, que se denominou de Socioeconômica Solidária, Nova Economia Social, Novo Cooperativismo ou mais conhecida como Economia Solidária.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

ECONOMIA SOLIDÁRIA: CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Uma das principais discussões no campo das ciências sociais atualmente está na abordagem das organizações de economia solidária, gerando reflexões que nos levam a observar a importância do trabalho em cooperação na formação social.

As primeiras referências na literatura brasileira sobre experiências no campo da Economia Solidária datam do início da década de 1990 (LECHAT, 2002; ICAZA, 2004).

Com o objetivo de conceituar e caracterizar economia solidária, Icaza e Tiriba, afirmam que:



A economia popular solidária é o conjunto de atividades econômicas e práticas sociais desenvolvidas pelos setores populares com vistas a garantir, através de sua própria força de trabalho e dos recursos disponíveis, a satisfação das necessidades básicas, tanto materiais como imateriais. (ICAZA E TIRIBA, 2003, p.5).

A Economia Solidária teve em sua origem diversas influências e raízes, seus princípios de cooperativismo, por exemplo, teve raiz no século XIX, inspirado nos ideais socialistas de Robert Owen, Saint-Simon, Luis Blanc, Fourier e Proudhon, por exemplo, que tinham em comum a ideia de que os trabalhadores deveriam se reunir em forma de associações ou cooperativas divergindo da estrutura capitalista e assalariada.

Segundo Lechat no Brasil existem alguns autores que equiparam as ações da economia social com as da economia solidária, porém ela afirma que:

Há uma forte preocupação em atribuir a apelação de solidária somente aqueles empreendimentos onde, de maneira comprovada, além de haver relações de trabalho autogestionárias, solidárias e democráticas entre seus membros, a solidariedade se manifesta em relação à comunidade, demonstrando assim uma vontade política de transformação das relações sociais e, por consequência da sociedade. (LECHAT, 2002, p.6)

A economia solidária, portanto é todo empreendimento gerido e formado por trabalhadores que tem posse de todos os meios de produção e gestão, com objetivo na geração de emprego e renda, pautada sobre os princípios de solidariedade e autogestão.

Alguns espaços foram criados pela economia solidária e tiveram bastante destaque, como exemplo, a reorganização social com base em uma relação de trabalho coletivo diferente do modelo capitalista de produção, por meio de cooperativas populares, além de criar possibilidades de inclusão social (Singer, 2000). Nesse sentido surgiram as incubadoras de empreendimentos de economia solidária.

A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO MODELO DE GESTÃO SOCIAL

As organizações que atuam no campo social tendem assumir um papel cada vez mais importante e de relevância no mundo. Essas organizações possuem formas jurídicas e nomenclaturas diferentes, a depender do país ou da região onde estão localizadas, mas mantêm as suas características.



Segundo Vienney (1982) existem dois dispositivos que diferem a economia solidária e a economia de mercado. O primeiro dispositivo é o de ordem moral, que se baseia na ideia de responsabilidade coletiva partilhada entre os membros de determinado grupo, que está ligado também a uma noção de democratização das formas de organização do trabalho. O segundo dispositivo é de ordem material e se relaciona a não individualização dos lucros. Nas cooperativas e nas associações o lucro deve ser usado por uma coletividade de membros, o que passou a atribuir um novo sentido ao entendimento capitalista de propriedade. Desse modo pode-se concluir que os trabalhos da economia solidária se diferem por possuir uma atenção aos problemas internos, como a organização do trabalho e a distribuição da renda.

Assim a questão social da economia solidária surgiu da impossibilidade de se cumprir o ideal republicano de garantir o direito ao trabalho, uma vez que garantir o esse direito “[...] implicava numa transformação radical das relações do Estado com a sociedade, para suprimir a separação radical entre capital e trabalho e promover a socialização da propriedade industrial.” (JAMUR, 1997, p.23).

Quando se faz referência, então, à gestão social se está fazendo referência à “[...] gestão das demandas e necessidades dos cidadãos”. Sendo que, “A política social, os programas sociais, os projetos são canais e respostas a estas necessidades e demandas.” (CARVALHO, 1999, p. 19).

Assim, um dos grandes dilemas enfrentados pela economia solidária é o de superar a marca político-partidária e se apresentar para o conjunto da sociedade brasileira como uma proposição capaz de contribuir, por meio de suas experiências em andamento, como um modelo de desenvolvimento econômico e social com justiça social e cidadania. E desse modo superar as limitações sociais das populações carentes, pautando-se no resgate social.

GESTÃO PARTICIPATIVA NOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

A principal e essencial característica desse tipo de economia está na autogestão, que proporciona a organização um caráter solidário e não filantropo, aspecto que também a diferencia de outros modelos de economia e instituições. Assim os empreendimentos de economia solidária funcionam em cooperativas de produção.



Por autogestão, em sentido lato, entende-se o conjunto de práticas sociais que se caracteriza pela natureza democrática das tomadas de decisão, que propicia a autonomia de um "coletivo". É um exercício de poder compartilhado, que qualifica as relações sociais entre pessoas e/ou grupos, independente do tipo das estruturas organizacionais ou das atividades, por expressarem intencionalmente relações sociais mais horizontais. (ALBUQUERQUE, 2003, p.20)

Na economia solidária não existe uma separação entre quem toma as decisões e quem a executa, pois em autogestão o poder acerca da tomada de decisão e gerencia está nas mãos do próprio trabalhador.

Segundo observou Fernando Motta (1981) participação é um conceito que é capaz de refletir múltiplas realidades e assumir tantos significados quanto os contextos específicos nos quais se desenvolve. O estudo da participação requer para que se definam os seus diversos níveis considerar o grau de controle, pelos trabalhadores, dos elementos constitutivos da gestão do processo do trabalho. (FARIA, 2004).

Paul Bernstein (1982) discorreu sobre uma escala contínua de participação dos trabalhadores na tomada de decisão. Envolvendo 3 dimensões em sua proposta de participação: o grau de participação dos trabalhadores, os temas relacionados à participação dos trabalhadores na tomada de decisão e o nível organizacional da participação desses trabalhadores.

No que diz respeito à participação nos lucros, os empreendimentos de economia solidária dividem de forma justa os rendimentos, caracterizando uma participação totalmente contrária a lógica capitalista das empresas tradicionais, em que os lucros ficam concentrados nas mãos de uma minoria.

Em relação à participação dos trabalhadores nas decisões pode-se perceber uma diferenciação entre as experiências de produção solidária e capitalista. Já que nos empreendimentos solidários a tomada de decisão é partilhada e todos são consultados acerca do que deve ser decidido. Conforme observa Chiavenato (2004, p. 04) há uma maior concentração no processo decisório “na medida em que se sobe para os níveis mais elevados da organização, diminui a necessidade de habilidades técnicas, enquanto aumenta a necessidade de habilidades conceituais”.





O PAPEL DAS INCUBADORAS

As incubadoras de empreendimentos voltados à economia solidária podem ser definidas como entidades universitárias destinadas à incubação de empreendimentos e grupos de produção coletiva, como associações e cooperativas. Essas incubadoras são formadas por um quadro multidisciplinar, por ser integrada por professores e alunos de graduação, além de diversos outros profissionais.

De acordo com Singer (2002) as Incubadoras visam o atendimento a grupos comunitários que tem o interesse em produzir de maneira coletiva, proporcionando a esses grupos a formação necessária em cooperativismo e economia solidária, além de apoio técnico e todo aparato necessário para que se tornem viáveis, podendo dar continuidade e se autogerir.

Um dos grandes desafios enfrentados atualmente pelas incubadoras é a de se tornar autossustentável, pois se faz necessário à desvinculação da incubadora com a instituição gestora a certo ponto do seu desenvolvimento, com a criação de uma nova entidade jurídica, com o objetivo de obter mais rapidamente os recursos necessários e descentralizar as decisões a fim de tornar-se mais autônoma.

Diante da importância que as incubadoras exercem durante a formação de conhecimentos gerenciais para os empreendimentos se faz necessário compreender todos os processos que constituem as tecnologias usadas e a gestão.

3 METODOLOGIA

O método utilizado na pesquisa foi o qualitativo, que visa a compreender a subjetividade dos sujeitos, sem propor generalizações, mas vinculadas à geração de conhecimento, respeitando as singularidades dos sujeitos (Rey, 2005).

Para tanto, foi realizada uma revisão sistemática dos artigos publicados em anais e livros sendo feita uma análise integrativa da literatura. A técnica utilizada para coleta de dados realizou-se por meio da análise de conteúdo, definida por Chizzotti (2008), como a compreensão crítica do sentido das comunicações, do conteúdo manifesto ou latente, que existe nos textos escritos, ou de qualquer comunicação (oral, visual ou gestual).



4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No que se refere à concepção da gestão nas organizações de economia solidária constatou-se, via análise de três relatos de experiência publicados em forma de artigo e através da visão compartilhada por outros autores em livros consultados que a gestão nesses empreendimentos é de fato, ou deveria ser participativa, pressupondo as premissas que as considera uma economia solidária.

Dessa maneira, pode-se afirmar a necessidade de criação de uma metodologia de gestão e proposta de criação de tecnologias sociais para os empreendimentos solidários como um princípio que deve ser adequado a metodologia das incubadoras no processo de incubação. Tendo em vista que “a incubação de empreendimentos é um processo educativo fundamentado na construção coletiva do conhecimento, [...] buscando valorizar o indivíduo, sua comunidade num processo de desenvolvimento de tecnologias sociais nas áreas de formação, gestão, desenvolvimento de novos produtos” (Guimarães, 2008, p.1).

A partir das concepções apresentadas, orienta-se a continuidade de pesquisas no campo da administração voltadas a análise da gestão nas organizações pertencentes à economia solidária.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, é possível perceber que os Empreendimentos de Economia Solidária tem seu funcionamento totalmente diferente ao mecanismo de participação gestonária dos outros modelos existentes de economia. Podendo-se verificar que a tomada de decisão se baseia em consultas frequentes sobre os diversos temas a todos os atores da organização, com a divisão dos lucros de forma justa e uma gestão que se pauta na realização de reuniões e assembleias visando à tomada dessas decisões e prestação de contas. Assim, pode-se afirmar nesse tipo de empreendimento há uma participação democrática dos trabalhadores, gerando assim uma gestão mais participativa.

Buscou-se por meio desse artigo mostrar o modelo e a problemática da gestão nas organizações da economia solidária, pressupondo uma reflexão acerca das suas



particularidades, da sua antologia, que segundo afirma Bédard "busca identificar os traços do Ser, as características próprias da realidade ou da atividade, para distingui-los dos atributos acidentais ou contingentes. Ela é o domínio da razão de ser, da missão ou da finalidade, em outras palavras, o lugar da identidade e das especificidades".

Para tanto, tentamos ressaltar as diferenças existentes entre a economia solidária, a economia social e a economia formal. Identificamos também as características principais das organizações do domínio solidário, assim como seus principais papéis na atualidade.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, P. P. **Autogestão**. In: CATTANI, D. (Org). A outra economia. 1 ed. Veraz editores, Porto Alegre, 2003.

ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL. Brasília: MTE, SENAES, 2005. Disponível em http://www.trabalho.gov.br/ecosolidaria/sies_atlas.asp. Acesso em 22 de junho de 2015.

BERNSTEIN, Paul. **Necessary elements for effective worker participation in decision-making**. In: Lindenfeld, F. e Rothschild-With, J. (org.). Workplace democracy and social change. Boston: Porter Sargent, 1982.

BRAGA, Roberto. **Fundamentos e técnicas da administração financeira**. São Paulo: Atlas, 1989.

CARVALHO, Maria do C. B. de. **Gestão social: alguns apontamentos para o debate**. In: RICO, Elizabeth de M.; RAICHELIS, Raquel (orgs.). Gestão Social – uma questão em debate. São Paulo: Instituto de Estudos Especiais da PUCSP, 1999.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da Administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.



CHIZZOTTI, A. (2008). **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez
FARIA, José Henrique de. **Economia política do poder: as práticas do controle nas organizações**. Curitiba: Criar, 2004. V. III.

GUIMARÃES, S. (2008). **Economia Solidária em destaque**. Disponível em:
<http://www.uneb.br/exibe_noticia.jsp?pubid=3420>. Acessado em 15 de maio de 2015.

ICAZA, A. M. S. ; TIRIBA, L. **Economia Popular**. In: CATTANI, D. (Org). A outra economia. 1 ed. Veraz editores, Porto Alegre, 2003.

ICAZA, Ana M. S. **Solidariedade, autogestão e cidadania: mapeando a economia solidária no Rio Grande do Sul**. In: GAIGER, Luiz I. (org.) Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

JAMUR, Marilena. **Reflexões sobre uma esfera construída e conflitual: “o social”**. O Social em Questão, vol.1, n°1, 1997.

LECHAT, NÖELLE M.P. “**As raízes históricas da Economia Solidária e seu aparecimento no Brasil**”. In: II Seminário de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares. 2002. Disponível em: <http://www.itcp.unicamp.br/site/downloads/ext_doc2.doc>
Acesso em: 21 junho de 2015.

MOTTA, Fernando C. Prestes. **Burocracia e autogestão**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

REY, F. G. (2005). **Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da realidade**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.

SINGER, Paul Israel; DE SOUZA, André Ricardo (Ed.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. Editora Contexto, 2000.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.



SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

VIENNEY, Claude. **L'économie sociale**. Paris, La Découverte, 1994.